

www.uc.pt/
 imprensa_uc
 CONTACTO
 imprensa@uc.pt
 VENDAS ONLINE
 http://livraria-
 daimpresa.uc.pt
 JANEIRO 2015

20 ANOS

DE JORNALISMO CONTRA A INDIFERENÇA

Organização Ana Teresa Peixinho, Carlos Camponez, Isabel Vargues, João Figueira

TEXTOS DE

Marc Lits, Adriano Duarte Rodrigues, Tito Cardoso e Cunha, José Augusto Mourão, Alberto Pena Rodríguez, Maria Augusta Babo, Daniel Cronu, João Pissarra Esteves, Gilles Gauthier, Heloísa Paulo e Luís Reis Torgal, Alfredo Barroso, António Fidalgo, Noël Nel, João de Almeida Santos, Juan Luis Cebrián, António Dias Figueiredo, Marina Themudo, Jorge Sampaio, Nelson Traquina, Mário Soares

O livro que agora se apresenta, nasce de dois desígnios fundamentais: por um lado, celebrar duas décadas de ensino do Jornalismo na Universidade de Coimbra e, por outro, partilhar com um público mais alargado um conjunto de reflexões sobre os *media*, o jornalismo, a comunicação e o espaço público.

Se o ensino superior do Jornalismo em Portugal, relativamente tardio em relação ao resto da Europa, deu os seus primeiros passos no fim dos anos 70 do século passado, ele aparece apenas duas décadas depois na academia coimbrã. Contudo, esta foi, no contexto nacional, a primeira licenciatura em Jornalismo, distinguindo-se, quer em título, quer em objetivos, das licenciaturas então existentes no país. A criação de uma Licenciatura em Jornalismo na Universidade de Coimbra, em 1993-1994, foi, por si, um acontecimento. Com efeito foi necessário que reitor, professores e jornalistas ousassem atualizar a oferta curricular da Faculdade de Letras, oferecendo um curso

há muito desejado pela sociedade e pelo mercado, embora desconsiderado por alguns setores da academia. Correndo o risco de omitir alguém, a quem antecipadamente pedimos desculpa, não podemos deixar de recordar os esforços dos jornalistas João Mesquita, João Fonseca, em representação

Todas as gerações, sem dúvida, se julgam para refazer o mundo. A minha sabe, no entanto, que não poderá refazê-lo. A sua tarefa é impedir que se desfaça, unicamente das suas negações

A. Camus, *Discursos da Suécia* (1957)

do Sindicato dos Jornalistas, e de Jorge Castilho, a quem mais tarde se viria associar o nome de Mário Martins, bem como o do então Reitor da Universidade de Coimbra Rui Alarcão, e dos professores João Roque e Luís Reis Torgal. Entre 1993 e 1996, a Licenciatura em Jornalismo funcionou com um Secretariado, que teve um papel executivo e científico nos primeiros tempos do curso na FLUC. Presidido pelo Presidente do Conselho Científico Ludwig Scheidl, este

O Desconhecimento da Dor “Crash” e “Trainspotting” na sociedade indolor

Tito Cardoso e Cunha
Universidade do Minho

Carlo Emilio Gada publicou em tempos um livro cujo título ficou célebre: *O Conhecimento da Dor*¹. Mesmo antes de ler o livro, o potencial leitor compreendia, olhando para o título, que o tema da dor, qualquer que ela fosse, era central. Muito provavelmente tratar-se-ia da dimensão existencial da dor ou do que de doloroso há na existência.

O contraste entre a dor, que é emoção, e o conhecimento, que nos habituámos a pensar ao lado do razão, tinha por consequência, ou efeito, o reforço da ideia de dor, na sua dimensão existencial.

A existência como “via dolorosa”, mas também a dor como um mal que socialmente existe, eis o que não constitui propriamente uma novidade na nossa cultura judaico-cristã e provavelmente mais longe ainda.

A experiência da dor é uma das que mais essencialmente constitui a identidade cultural, histórica e religiosa do Ocidente como, no fundo, muitas outras culturas.

A experiência da dor talvez seja, de todas elas, a que mais universalmente se encontra distribuída. Mesmo lá onde a dor brutal e irremediavelmente física é atenuada pelo bem estar dos nossos contemporâneos *welfare states*, o que acontece é uma intensificação da dor mental, empregando aqui uma terminologia cara a alguma psiquiatria.

Fernando Savater, que recentemente alegrou os seus ouvintes com uma bem disposta comunicação, no Festival do Imaginário em Abrantes, sobre o conceito de alegria dizia:

aí que, em todos os tempos, a negrura é o que sempre descreve o presente, em contraste com a luminosidade do futuro ou do passado imaginados.

Efetivamente assim tem sido. Donde uma certa propensão para se aceitar a verosimilhança de uma universalidade da dor. Nada haveria de mais transcultural do que a experiência da dor, assim pensada como um princípio

¹ Trad. Port. Lisboa: Vega, 1993 (2.^a ed.).

universal mesmo sendo, como demasiado o sabemos, a mais singular das experiências. Até mesmo, porventura, a mais íntima.

Basta pensar na morte que nunca é uma experiência própria senão a do *outro* e que, mesmo assim, imaginamos e supomos como dolorosa.

Quando se imagina a morte enquanto experiência da dor, ou é porque se pensa essa alteridade ou porque imaginariamente se antecipa uma experiência que nunca poderá ser própria. Mas há pelo menos um aspecto em que dor e morte se igualam: a universalidade de ambas.

A menos que isso não seja bem assim, pelo menos no que diz respeito à pretensa universalidade da dor. Num aspecto, pelo menos, tem de se admitir a sua não universalidade e esse é o seu *limiar*.

Que o limiar da dor varie de cultura para cultura, parece inquestionável. Basta lembrar as tremendas imagens, que Bergman veio a utilizar em *Persona*, de um monge budista consumindo-se pelo fogo na sua impassível postura de oração, sem que um só gesto se desprendesse de uma imóvel serenidade. Algo de incompreensível aos olhos ocidentais.

Mas a antropologia também desse limiar nos fala. Por exemplo, Pierre Clastres, no seu livro *Chronique des indiens Guayaki*², conta um episódio que o fez refletir e a nós nos interpela.

Clastres tinha notado³ que os ritos de passagem, nas sociedades selvagens, se caracterizam sempre pela provação da dor. Nas mais diversas populações e relativamente aos dois sexos, os ritos que, marcando a passagem da infância à maturidade, marcam também a pertença ao grupo e a integração plena na sua cultura, observam sempre um ritual em que a dor se impõe. Muito frequentemente são escarificações cuja marca no corpo é destinada a permanecer, como na famosa colónia penitenciária de Kafka.

A marca deixada pela escarificação iniciática permanece indelével para assinalar a irrevogável pertença ao grupo identitário. Mas a dor que a sua imposição provoca será ela dor mais do que para os olhos estranhos?

No texto de Clastres, o seguinte texto é citado que descreve uma dessas cerimónias de iniciação⁴: “A impossibilidade, diria mesmo a serenidade com a qual esses jovens suportavam o seu martírio era mais extraordinária ainda do que o próprio suplício. Alguns mesmo, dando-se conta que eu desenhava,

² Ed. Plon: Paris, 1972.

³ P. Clastres, «De la torture dans les sociétés primitives» in *La société contra l'État*: Paris : Minuit, 1974.

⁴ G. Cathin, *Les indiens de la prairie*. Club des librairies de France, 1959 in P. Clastres, op.cit., p. 155.

conseguiram olhar-me nos olhos e sorrir, enquanto eu, ouvindo a faca ranger na sua carne, não conseguia reter as lágrimas.” .

“O corpo é uma memória”, escreve Clastres a propósito. E através da sua escarificação se marca a pertença do sujeito e a sua identidade. Do mesmo modo que é pelo corpo e os seus “sinais particulares” que nós nos identificamos no BI com as “impressões digitais” e o rosto na fotografia. Mas estas, o rosto e as impressões que nos definem, não indiciam senão a pertença a si próprio. Com o nome a constituir uma espécie de totem de uma tribo individual, como agures fez notar Lévi-Strauss.

Clastres conta como, entre os Guayaki, essas escarificações continuavam a ser praticadas nos ritos de passagem, mesmo quando o grupo, junto do qual Clastres fazia seu trabalho de campo, se encontrava já numa fase de transição entre o nomadismo original e a sedentarização a que o assédio da “civilização” os viria a condenar.

Nessas circunstâncias intermédias, pela primeira vez de memória de Guayaki, uma jovem recusa submeter-se a tais práticas. Com o argumento da dor. Que antes não existia uma vez que todos a aceitavam em silêncio. Clastres interpreta esse episódio como sendo o sinal de uma irremediável morte anunciada daquela cultura. O reconhecimento da dor, a diminuição do limiar suportável da dor, seriam um indício claro de desagregação interna de uma cultura.

O que talvez, entre nós, nas nossas sociedades, o caso extremo da droga ponha em relevo é o desaparecimento puro e simples de qualquer limiar da dor. A dor, qualquer dor, física ou mental, é insuportável.

O desconhecimento da dor faz as nossas sociedades indolores. Pelo menos tudo ou quase tudo para isso concorre, mormente os *media* em todo o seu esplendor.

Dois filmes recentes de algum êxito ilustram, de maneira diferente, e são disso indício: *Trainspotting* e *Crash*.

Em *Trainspotting* a heroína é sobretudo um analgésico. Para abolir a dor, física e mental. Perante a insuportável morte de uma criança, as personagens reagem imediata e ansiosamente com a aplicação de mais uma dose analgésica. Quando um deles, o único que permanecia de fora, cai na dor do luto e da separação, cai também no esquecimento da dor procurado na heroína.

De uma maneira geral, nas nossas sociedades, a dor mental: angústia, depressão, ansiedade não têm limiar que a suporte. Toda a espécie de fármacos existem para a combater ao ponto de recentemente se ter gene-

realizado, com o “Prozac”, a droga da felicidade. Sempre significando uma maior redução do limiar da dor se não mesmo a sua completa abolição.

Os *media*, particularmente o mais poderoso de entre eles, a Televisão, é pelo esquecimento da dor que lutam. Pela abolição da memória e a criação de um perpétuo presente indolor que se escoia num constante fluxo trepidante de “boa disposição”, “alegria” e excitação, exibindo-se numa máscara de perpétuo sorriso.

Neil Postman, numa obra que lhe deu alguma notoriedade⁵, contesta que o futuro das nossas sociedades estivesse ameaçado pelo pesadelo totalitário imaginado por Orwell em 1984, mas antes o perigo viria de um futuro anestesiado como aquele que A. Huxley imaginou em *O admirável mundo novo*.

O problema é que o desconhecimento da dor e a anestesia que o permite acabam por abolir também o limiar do prazer. O apagamento destas fronteiras, a indiferenciação generalizada da sensibilidade, acabam num sintoma como aquele que “Crash” denota e exhibe: o paradoxal prazer da dor.

Quando se reduziu o limiar, impossibilitando a dor, tendeu-se para o simultâneo estreitamento do limite que a separa do prazer. Ao prazer resta, como possibilidade de se descobrir, a reinvenção da dor. Este é o paradoxo cujos inquietantes sintomas se nos dão a ver em obras como “Crash” e “Trainspotting”.

Em ambos os casos, no “flagelo da droga” como, particularmente em Portugal, na “sinistralidade rodoviária”, a morte é o limite inevitável. E não serão as bem intencionadas campanhas “pela vida” que a isso obviarão. O problema é bem mais fundo e decisivo para o futuro da nossa civilização.

⁵ Postman, *Amusing ourselves to death. Public discourse in the age of show business*. London: Methuen, 1986.